

A CIDADE É TRANS E TRAVESTI

Territorialidades trans na cidade de Londrina

THE CITY IS TRANS AND TRAVESTI
Trans territorialities in the city of Londrina

Leonardo da Silva Ferreira¹ e Vera Lucia Tieko Suguihiro²

Resumo

Este artigo aborda a presença das mulheres trans e travestis no espaço urbano de Londrina - Paraná, introduzindo a discussão do espaço urbano a partir das relações sociais que atravessam as suas vivências. A pesquisa problematiza a presença e marginalização desses corpos a partir das experiências dessas populações, considerando suas territorialidades multifacetadas, complexas e contraditórias. Utilizando dados históricos e contemporâneos, o estudo investiga os desafios enfrentados pela comunidade trans e travesti, incluindo a violência e a marginalização no contexto da prostituição. Além disso, explora o protagonismo dessas pessoas na luta por direitos e na construção de espaços de acolhimento e visibilidade.

Palavras-chave: territorialidade, gênero e sexualidade, experiência urbana, direitos LGBT, violência urbana.

Abstract

This paper addresses the presence of trans women and travestis in the urban space of Londrina, Paraná, introducing the discussion of urban space through the lens of social relations that shape their lived experiences. The research problematizes the presence and marginalization of these bodies based on the experiences of these populations, considering their multifaceted, complex, and contradictory territorialities. Drawing on historical and contemporary data, the study investigates the challenges faced by the trans and travesti community, including violence and marginalization within the context of prostitution. Additionally, it explores the agency of these individuals in their struggle for rights and in the creation of spaces for support and visibility.

Keywords: territoriality, gender and sexuality, urban experience, LGBT rights, urban violence.

Introdução

A cidade pode ser lida e interpretada como produto e produtora das relações sociais que nela ocorrem e se desenvolvem. No contexto urbano, sob a luz tênue dos postes e o ritmo frenético da vida, os corpos Trans e Travestis reivindicam seu espaço, navegando por um mundo que frequentemente resiste à sua presença. Suas vivências, marcadas por lutas e resiliências, demonstram perspectivas importantes a serem exploradas para compreender as dinâmicas socioespaciais que configuram a urbe, de modo a interseccionar as relações sociais na cidade e os corpos dessas pessoas.

Este artigo aborda a presença das mulheres Trans e Travestis no espaço urbano de Londrina, explorando as relações socioespaciais que permeiam suas dinâmicas espaciais e territoriais, com caráter interseccional, reconhecendo que as experiências e formas de opressão dessas populações não acontecem de maneira isolada, mas interconectadas e interdependentes.

Primeiramente, é importante delimitar com clareza as personagens protagonistas da investigação que pretende-se desenrolar. Conforme anunciado, a presente pesquisa explora uma categoria de personagens cuja identidade pode ser expressada como mulheres transexuais, transgêneros, ou travestis. Mais especificamente, tratar-se-á aqui das vivências socioterritoriais de pessoas cuja identidade de gênero é dissidente, identificando-se com o feminino. Alves de Oliveira (2019), citando Borlozzi (2015), contribui:

Do travestismo como prática à identidade travesti propriamente dita, há uma construção complexa que apenas pode ser compreendida por meio de intersecções com a classe socioeconômica, com o contexto cultural e com o posicionamento em “redes de sociabilidade” (Bortolozzi, 2015, p. 126). O estabelecimento dessa identidade social se deu no Brasil e em outros países da América Latina a partir da década de 1990, com a organização de movimentos ativistas voltados especificamente para as demandas das travestis, que procuraram se constituir como sujeitos políticos, diferenciando-se dentro da comunidade LGBT. (p. 2).

Como evidenciado pelo autor, a própria escolha da identidade travesti já demonstra uma particularidade de contexto e evidencia uma identificação política. Segundo Silva (2008), as travestis são pessoas que “desafiam a ordem binária de organização do sexo, gênero e desejo, instituindo complexas relações espaciais” (p.3). À identidade travesti, acrescenta-se a identidade trans, que abarca mulheres transexuais e transgêneras. Ainda segundo Alves de Oliveira (2019),

Faz-se necessário destacar ainda que o uso do termo “transexual” é recente e que, por esse motivo, sua adoção ocorre muito mais por “autoidentificação do que por atribuição, talvez pela própria lógica médico-psicológica que a constrói e define” (Benedetti, 2005, p. 18). Isso significa que, entre as travestis, há também mulheres transexuais que almejam a cirurgia de transgenitalização e que muito provavelmente enxergam o termo oficializado como uma categoria patológica, institucionalizada e voltada apenas para o uso médico. Em termos genéricos, a descrição que Benedetti oferece para as travestis brasileiras como pessoas que, apesar das modificações corporais, não desejam passar pela cirurgia genital, corresponde, em outros países, ao que se tem por “transexual secundário” (Leite Jr., 2011, p. 220). (p. 12).

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa Associado UEM / UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (1976), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994). Professora associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Coordenadora da Residência Técnica em Gestão pública - RESTEC, parceria Seti/UEPG. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Gestão Pública da Universidade Estadual de Londrina. Integrante do Conselho Municipal de Transparência e Controle Social de Londrina e Membro permanente do corpo docente do Programa de Mestrado e Doutorado Associado UEL/UEM em Arquitetura e Urbanismo.

Parte-se então das definições das identidades de gênero travesti, transexual e transgênero como identidades definidoras das sujeitas protagonistas dessa pesquisa. Este estudo pretende, a partir dessas identidades, explorar suas particularidades para problematizar a respeito das territorialidades trans no espaço urbano de Londrina. É imperativo ressaltar, porém, que, “conceitos não são estáveis nem definitivos, variando conforme o período histórico, o local, a cultura e o contexto em que são usados, sendo com frequência ressignificados” (Alves de Oliveira, 2019, p. 18), de maneira que essa é uma pesquisa situada: no contexto local-temporal, a pesquisa se situa em Londrina, Brasil, entre os anos de 2022-2024, momento em que o país enfrenta a reconstrução após um período de conservadorismo extremo. A ascensão do bolsonarismo, materializada na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, influiu a violência contra a população LGBTIAP+, destacando uma agenda moral conservadora que impacta diretamente as questões de gênero e sexualidade (Quinalha, 2022; Ferreira, 2024).

No contexto geográfico-espacial, propõe-se uma leitura dos territórios configurados pelas mulheres trans e travestis na escala da cidade. A cidade aparece como um local profícuo para a compreensão do espaço geográfico e das relações sociais e culturais vividas no cotidiano urbano (Ferreira, 2024). Ferreira e Pereira (2020) afirmam que a cidade é espaço de consumo de mercadorias e produtos, mas também de relações sociais e culturais diversas, determinando a percepção, compreensão e apropriação do espaço urbano. A cidade, como local de materialização das estruturas que regem a sociedade, concentra conflitos emergidos da dinâmica urbana e da luta por espaços, por controle, apropriação e demarcação de território (Ferreira, 2024).

Os territórios a serem identificados e caracterizados sob a perspectiva de sua configuração por/para a população trans e travesti, seguirão a perspectiva estabelecida pelo trabalho de Ferreira (2024). A definição dos territórios, segundo o autor, corresponde a uma construção que emerge a partir do espaço social e geográfico, onde a essência está nas relações de poder exercidas por determinados grupos sobre uma área. No caso de territórios LGBTIAP+, esse conceito é associado à presença e vivência de pessoas com identidades dissidentes da heterocisnormatividade, como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, entre outros. O território não é apenas uma delimitação espacial, mas também reflete a construção de identidade e as dinâmicas sociais específicas dessas pessoas, evidenciando as relações de poder que moldam esse espaço (Ferreira, 2024 p. 24-25).

O autor estende sua leitura a toda a população LGBTIAP+. Aqui, entretanto, dar-se-á ênfase apenas à população trans feminina e travesti.

Por uma leitura de territórios travestis a partir dos poderes envolvidos em suas configurações

As territorialidades das mulheres trans e travestis são delimitadas por uma variedade de fatores interseccionais que atuam na produção de territórios. Esses fatores incluem as próprias estruturas sociais, como o capitalismo, o patriarcado, o colonialismo (Ferreira, 2024); a configuração espacial das cidades; as performatividades cisnormativas; os contextos de violência e medo; as lutas por direitos e as dinâmicas de resistência (Ferreira, 2024, p. 24). Ao se retomar, entretanto, o conceito de território como - aquele formado a partir do espaço social e geográfico, cuja essência reside na relação de poder que certos grupos exercem sobre uma determinada área, conforme explicado por Ferreira (2024) - é viável reconhecer que um território travesti seria um espaço identificado pela presença, vivência, atuação e/ou identidade significativa de indivíduos trans femininas e travestis.

Esses territórios refletem a construção de identidade, a relação de poder e as dinâmicas sociais específicas relacionadas a essas pessoas dissidentes de gênero dentro do espaço urbano. As mulheres trans e travestis, enfrentam desafios complexos e particulares na cidade capitalista, sobre isso, Ferreira (2024) especifica:

O trabalho em si, faz parte das estruturas que regem a sociedade e o espaço. Isso pode ser demonstrado através de evidências como a notícia vinculada no site CNN Brasil, de 02 de julho de 2021, com o título “Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA+ perderam renda ou emprego na pandemia”. Segundo a matéria, que também publiciza uma pesquisa realizada pelo coletivo VoteLGBT, a taxa de desemprego no Brasil entre as pessoas que integram a comunidade é de 17,15%, mas, quando analisadas apenas as pessoas trans, o percentual sobe para 20,47%. A pesquisa foi realizada entre os dias 28 de abril e 15 de maio de 2020, período para o qual a taxa de desemprego geral da população brasileira variou de 12,6% a 12,9%, valores pelo menos 4,25% menores do que as taxas de desemprego entre pessoas LGBTIAP+. A matéria também evidencia como o desemprego e a precariedade laboral contribuem para a marginalização social das pessoas LGBTIAP+: com a perda de renda causada durante a Pandemia de COVID 19, 41,53% da população LGBTIAP+ se encontrava em situação de insegurança alimentar, percentual que subia para incríveis 56,82% quando consideradas apenas pessoas trans. Ainda, segundo os dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 90% da população trans no Brasil tem a prostituição como fonte de renda (Ferreira, 2024 p. 39).

No entanto, é crucial reconhecer que essas experiências podem variar significativamente. Pessoas trans com maior poder aquisitivo e maior passabilidade muitas vezes conseguem evitar ou minimizar tais contextos de marginalização. Guimarães e Lando (2023, p. 162) abordam a alarmante realidade enfrentada por travestis e mulheres transexuais, destacando dois fatores críticos: a baixa expectativa de vida média, de apenas 33 anos, e o fato de que, segundo estimativas, 90% dessas pessoas dependem da prostituição como principal meio de subsistência. Essa situação, naturalizada pela sociedade, evidencia a exclusão social e econômica dessas pessoas, além da vulnerabilidade que enfrentam diariamente em termos de segurança, saúde e direitos básicos e acesso ao mercado de trabalho.

A expectativa de vida de 33 anos revela outra faceta da dinâmica de poder que estabelece a configuração dos territórios vivenciados pelas mulheres trans e travestis. Ao analisar a violência contra a população LGBTIAP+ no Brasil, Silva (2008) entende que “tal dimensão da violência é diferenciada para cada grupo de gays, lésbicas e transgêneros.” (Silva, 2008, p. 8). No que diz respeito às pessoas trans, Silva (2008) enfatiza que essas sempre estiveram em situação de maior marginalização no Brasil, isso “porque a marca da transgressão é nítida, visual e, portanto, afronta o poder heteronormativo, muito menos evidente no gay ou na lésbica.” (p. 9). Tal conclusão é corroborada pelos relatórios anuais de mortes divulgados, outrora pelo Grupo Gay da Bahia e atualmente pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. No Dossiê 2023 divulgado no ano de 2024, fica explícito como a população Trans é alvo preferencial de violência no país, correspondendo a 61,74% dos casos de mortes (142 mortes).

O Brasil continua a figurar como o país que mais mata pessoas LGBTIAP+ no mundo todo, registrando uma média de uma morte a cada 34 horas (Gastaldi et al., 2023). No que diz respeito a população trans, o país também ocupa o primeiro lugar no ranking de países que mais mata pessoas transexuais (Cerqueira et al., 2021; Mendes & Silva, 2020).

Esses dados ressaltam a gravidade das dinâmicas de poder e exclusão que configuram os territórios ocupados por mulheres trans e travestis. A prostituição, frequentemente a única opção de subsistência disponível, torna-se um elemento central na compreensão dessas territorialidades. A relação de poder presente nesses territórios é evidente, demonstrando como as estruturas sociais e econômicas limitam as oportunidades e perpetuam a marginalização dessas populações (Ferreira, 2024).

A violência e a prostituição como territorialidades trans e travestis em Londrina

Para compreender o contexto de violência contra a população Trans feminina e Travesti na cidade de Londrina, é importante primeiramente que se cite geográfica e historicamente a cidade e seus personagens. A cidade de Londrina, localizada no Estado do Paraná, na região sul do Brasil, é a segunda maior cidade do estado, a 4ª maior da Região Sul e a 39ª maior cidade do país, segundo os dados do censo de 2022 do IBGE e faz parte da Mesoregião Norte Central Paranaense. A cidade foi fundada há 89 anos e possui população de 555.937 habitantes (IBGE 2022) e ocupa posição estratégica em termos econômicos, constituindo um centro de referência macro-regional, classificada pelo IBGE como Capital Regional B. Ao refletir sobre a cidade, Moreira (2020) afirma que:

“O significado do seu nome, “pequena Londres”, traz em si todas as marcas brancas, elitistas, eurocentradas e heterocisnormativas, pertinentes ao colonialismo imposto às regiões e aos corpos que ali viviam, praticados nos processos de colonização da América Latina. (p. 1).

Quanto à presença de pessoas trans e travestis, imagina-se que essas estejam presentes no cotidiano da cidade desde sua instituição, porém, é nos anos 70, num contexto em que a prostituição fazia parte do cotidiano da cidade, em que encontram-se os primeiros registros desse grupo, conforme ilustra Araujo (2006):

A prostituição a céu aberto, o *trottoir* realizado por mulheres à noite era caso de polícia. Este tratamento para com as meretrizes londrinenses, desde os seus primórdios, foi uma prática estendida nos anos seguintes. As travestis, em Londrina, herdaram essa prática policial punitiva da “vadiagem” à céu aberto, numa Londrina já firmada como uma das maiores cidades do Paraná. Surgindo em pequenos grupos, na segunda metade da década de 70, intensificando-se em número no início dos anos 80, travestis “natas” e mesmo algumas forasteiras travavam amizades e frequentavam boates e bares da avenida Tiradentes, famosa pelo único Shopping da cidade na época, o Com Tour. Numa rua ligada à avenida, localizava-se uma boate muito frequentada pelas travestis, chamada Estilingue. Ali próximo, outro bar fazia fama por receber, com frequência, a visita ruidosa dessas personagens noturnas. Prostituição e diversão se confundiam, já que tudo se realizava em avenidas e ruas próximos dos bares e boates frequentados pelas travestis. (p. 43).

Nos anos 70, nos Estados Unidos, pessoas trans também protagonizavam a vivência e militância LGBTIAP+, com destaque para figuras como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. Essas ativistas transgênero desempenharam papéis cruciais nos eventos de Stonewall (1969) e se tornaram figuras proeminentes no movimento pelos direitos LGBT nos anos seguintes (Quinalha, 2022). Em Londrina, a população trans ocupava a vida noturna e começava a lançar as bases para o movimento LGBTIAP+ local, que só viria a se consolidar no final da década de 80 (Ferreira, 2024). Araujo (2006) observa:

Em Londrina, a remoção das travestis das ruas, por “vadiagem”, era o principal motivo das apreensões. Um famoso vereador da cidade, na década de 80, dava a ordem de recolher as travestis, colocavam-nas no “paredão” em frente à delegacia da Rua Sergipe e o “castigo” era ali aplicado: chamava o bombeiro e, com mangueiras de alta potência, esguichava nos corpos emparedados. Toda uma produção de horas em frente ao espelho era desfeita ali em segundos, com perucas, brincos e colares pelos ares. Apesar de algumas travestis, em Londrina, andarem em bando, não tinham como recorrer à justiça, já que o próprio poder judiciário fazia vistas grossas a quem não tivesse uma família, um emprego e uma residência fixa. (p. 43).

Essa repressão era semelhante ao que ocorria em outras cidades brasileiras, como São Paulo, onde a violência policial catalisou a organização de movimentos em busca de direitos (Araujo, 2006). Ao relatar os Territórios de Medo e de Morte da população LGBTIAP+, Ferreira (2024, p. 132) evidencia a perenidade dos territórios de prostituição na cidade de Londrina, bem como suas relações com a violência contra a população trans e travesti, e explora a relação histórica entre as travestis em Londrina e a prostituição, destacando a ocupação de espaços urbanos, especialmente no período noturno, desde a década de 1970. Esses territórios são descritos como locais de vivência e resistência, mas também de vulnerabilidade extrema, marcados pela exclusão social e espacial. O autor enfatiza que esses espaços noturnos proporcionam uma invisibilidade relativa frente à marginalização e à violência múltipla — física, moral, sexual e letal — que incidem sobre os corpos das travestis. A isso, Carvalho e Macedo (2017) acrescentam que:

Às travestis é reservada a cidade noturna, quando todos dormem e não podem mais ver seus corpos, não podem mais ver essa vida nua e insacrificável do sacer; às travestis não é dado o direito de se locomoverem pela cidade, de acessar os serviços de saúde, educação e aparato jurídico-policial: tudo lhes é negado, exceto a marginalização social (...). (p. 111).

Neste contexto, a prostituição surge como uma estratégia de subsistência e sobrevivência. No Brasil, conforme mencionado anteriormente, 90% da população trans, incluindo as travestis, dependem da prostituição como principal fonte de renda. A criação desses territórios de prostituição envolve dinâmicas de identidade, resistência, exclusão e outros fatores. Ornat e Silva (2014, p. 116) discutem a complexidade dos territórios da prostituição travesti, enfatizando que esses espaços são construídos tanto por experiências de pertencimento quanto de exclusão. Por um lado, as travestis desenvolvem redes de apoio e amizade, fundamentadas em vivências compartilhadas na prostituição; por outro, essas mesmas relações são atravessadas por dinâmicas de competição e violência. O território, portanto, é constituído pela coexistência de elementos opostos, refletindo as tensões entre solidariedade e conflito que permeiam o cotidiano dessas pessoas.

Os autores também destacam que a prostituição travesti pode ser entendida através da criação de territórios, devido à sua organização hierárquica e aos constantes tensionamentos entre os envolvidos nesta atividade (p. 116). Esses territórios são marcados por estigmas e preconceitos, tanto da sociedade quanto das forças repressoras do Estado. Efen (2016) explora essa ideia de forma eficaz:

O território sexualizado pelo perambular das travestis que se prostituem é o mesmo território criminalizado pela atuação policial e pela circulação de mercadorias ilegais. Nesse processo de territorialização, a travesti é confundida com o traficante, e a sexualidade se mescla ao crime. Ela sofre a criminalização que permeia o território delinquente. Não se trata apenas da exposição pública ou do 'estar na pista', mas da territorialização de um espaço público noturno, sombrio e delinquente, onde a sexualidade e o crime compõem a rua e a própria noção de periculosidade pública. Algo similar acontece com homens gays mais velhos que percorrem essas áreas à noite em busca de sexo (p. 332).

As travestis moldam a territorialidade desses espaços, construindo discursos e disputando poder em um cenário complexo de relações, atravessado por violências e repressões impostas pela heterocisnormatividade. Situações de conflito, como essa, ocorrem em vários territórios LGBTIAP+, não se restringindo apenas aos territórios das travestis, pois fazem parte da dinâmica social de poder.

Ferreira (2024) destaca a Av. Dom Geraldo Fernandes, popularmente conhecida como Avenida Leste Oeste como um importante território de medo e morte das travestis na cidade de Londrina. A Avenida corresponde à antiga linha férrea da cidade, que também servia de barreira simbólica entre a população rica e pobre e se tornou um importante ponto de prostituição na atualidade.

A resistência e o protagonismo do ativismo trans e travesti em Londrina

A resistência também faz parte dessas territorialidades (Ferreira, 2024; Souza e Feliciano, 2021) e o cenário de violência foi um importante catalisador para a organização do movimento LGBTIAP+ que buscou responder à repressão, ao redor do mundo (Quinalha, 2022) e também em Londrina (Ferreira, 2024). As lutas por direitos, a criação de redes de apoio e a busca por reconhecimento e inclusão são dinâmicas que desafiam as estruturas opressivas e contribuem para a formação de territórios de resistência.

Ferreira (2024) evidencia a população trans como protagonista no surgimento e desenvolvimento do movimento LGBTIAP+ na cidade de Londrina:

Nos anos 80, as travestis se organizavam em torno do carnaval, tendo sido realizado o primeiro Miss Travesti em 1982, durante a festa de carnaval, que elegeu Minibi Ballesteiros como primeira Miss Travesti de Londrina. Minibi, mais tarde, deixaria de se identificar como travesti e assumiria a identidade como homem gay, Edison Bezerra, um dos principais articuladores do Movimento LGBTIAP+ da cidade (Ferreira, 2024, p. 107).



Figura 1 – Ativista Christiane Lemes no Carnaval de Londrina. Fonte: Rede Lume. Disponível em: < <https://redelume.com.br/2020/08/21/sou-uma-sobrevivente/> > . Acesso em 24 out. de 2024.

O carnaval é um momento importante de visibilidade, convivência e celebração para a comunidade LGBTIAP+ e atua na construção de territorialidades de convivência resistente (Ferreira, 2024). Alves de Oliveira (2019, p.15), descreve o carnaval como um momento único em que travestis podiam expressar-se publicamente com roupas femininas, sem sofrer represálias. A celebração, tradicionalmente associada ao uso de fantasias e ao *cross-dressing*, oferecia uma brecha nas rígidas normas sociais do cotidiano. Muitas travestis aproveitavam esse período para se vestir de forma mais elaborada, desfrutando de uma liberdade temporária e contrastante com a repressão que enfrentavam fora dessa festividade.

A resistência e organização do movimento LGBTIAP+ em Londrina iniciou-se no carnaval, encabeçado e liderado pelas travestis, demonstrando o protagonismo desse grupo na luta por direitos de toda a população LGBTIAP+ da cidade, conforme evidenciado por Ferreira (2024):

Com protagonismo do ativismo travesti, o movimento foi tomando forma nas casas das ativistas Christiane Lemes e Saara Santana, que eram lugares conhecidos pelo acolhimento de travestis e mulheres trans que chegavam na cidade, desde a década anterior. Eram em suas casas que eram acolhidas as travestis da cidade e em que se realizavam eventos de confraternização, como o Chá das Bonecas e o Réveillon das Bonecas. (...) É importante dizer que a casa da ativista Saara Santana foi um marco referencial para o movimento LGBTIAP+ de Londrina. A casa era vista como uma casa de acolhimento de pessoas LGBTIAP+ e também um importante ponto de reunião da comunidade. A residência, que também era um terreiro de Candomblé, ficava localizada na Vila Yara, Rua Tangará, número 76 e, após a morte da ativista, foi alugada para ser a sede da ONG que veio substituir o GHL³, uma vez que possuía um substantivo valor para a comunidade local, muito anterior a fundação da nova ONG (p. 108).

Anova ONG, citada por Ferreira (2024) é a ONG Adé-Fidan, cujo nome significa “homem de fino trato” em nagô, iniciou suas atividades em 2001 sob a liderança de Edison Bezerra e Scarlett O’Hara Costa. Com o tempo, a ONG conseguiu financiamento da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) para o projeto Casa de Vivência Saara Santana, que acolheu mais de 150 travestis, e para o projeto Boa Noite Cidadão, voltado ao público gay e garotos de programa. Além de seus projetos, a Adé-Fidan foi instrumental na aprovação da Lei Municipal Nº 8.812, sancionada em 13 de junho de 2002. Esse projeto de lei, de autoria da vereadora Elza Correia e sancionado pelo prefeito Nedson Micheleti, estabelece penalidades para estabelecimentos que discriminem indivíduos com base em sua orientação sexual. Esse marco legislativo foi crucial na luta pelos direitos das pessoas LGBTIAP+ em Londrina. A lei era distribuída em formato de bolso para que membros da comunidade, em especial as travestis, pudessem apresentá-la em situações de discriminação, como ao frequentar estabelecimentos ou alugar imóveis, assegurando assim um tratamento respeitoso.

3 GHL – Grupo Homossexual Londrinense, surgiu em meados dos anos 90 como resultado desse processo e efervescência do movimento e também como consequência da organização em torno da ALIA (Associação Londrinense Interdisciplinar de Aids) (Ferreira, 2024).

A ONG também promoveu eventos significativos como o “Brasil Sem Homofobia”, realizado no Hotel do Lago, e revitalizou o concurso Miss Travesti durante o carnaval de 2002, em colaboração com a Sercomtel e a Secretaria Municipal de Cultura, elegendo a futura ativista Melissa Campus como Miss Travesti Londrina. Devido a dificuldades financeiras, a Adé-Fidan encerrou suas atividades em 2007. Apesar disso, o movimento continuou a ganhar força em Londrina, destacando-se eventos como a Pré-Conferência GLBTTT, a Conferência Paranaense GLBT e a Conferência Nacional GLBT em 2008.

Em 2012, surgiu o grupo ElityTrans, um movimento social liderado pelas travestis Melissa Campus e Christiane Lemes. Este grupo buscava dar continuidade ao trabalho iniciado pelo GHL e Adé-Fidan, mas operava sem uma estrutura institucional formal, atuando como um coletivo. O ElityTrans manteve diálogos com outros movimentos sociais, incluindo o movimento negro, feminista, dos moradores de rua e estudantil, sempre defendendo os direitos da população LGBTIAP+. Foi a partir do Elity Trans que a população Trans e Travesti de Londrina decidiu que era necessário que ela mesma desse voz a história do movimento LGBTIAP+ londrinense, contando como foi sua formação a partir de um documentário intitulado: “Meu Amor, Londrina é trans e travesti”. Sobre isso, Moreira (2020) acrescenta:

O Coletivo ElityTrans foi criado em 2012, com a compreensão e a necessidade de organização da comunidade de homens e mulheres transexuais e travestis, diante da realidade devastadora de assassinatos e desassistências diversas, que essa população enfrentava. Desde então, o grupo de militância luta por uma sociedade mais justa e igualitária, por um mundo em que a convivência com as diferenças e os diferentes seja possível. As principais lutas de resistência do grupo se dão contra a transfobia, a lgbtqia+fobia, contra todo tipo de violência social à população T, pela garantia de direitos civis e pela saúde integral dos e das envolvidas. O projeto “Meu amor, Londrina é trans e travesti” reúne cinco vídeos das ativistas Melissa Campus, Edison Bezerra (Minibi Balesteiros), Vanessa Murça, Christiane Lemes e Marla Rocha, além de um documentário geral, que reúne todas essas narrativas. O projeto de criação dos documentários teve o intuito de revelar histórias do início da luta por direitos, desta população, que ainda vive marginalizada pela sociedade, além de registrar o legado deixado pelas primeiras ativistas da população T (p. 9).

A análise da trajetória das travestis e mulheres trans em Londrina evidencia a complexa dinâmica de resistência e conquista do espaço urbano. Em busca do direito à cidade, essas populações reivindicam não apenas o direito de existir, mas de participar ativamente na configuração da vida urbana. A resistência e organização são catalizadas pela necessidade de luta contra a violência que se impõe. Através da organização de eventos culturais, como o carnaval, e a formação de ONGs como Adé-Fidan e ElityTrans, essas pessoas têm, não apenas lutado por direitos básicos e visibilidade, mas também criando espaços de acolhimento e segurança e dado protagonismo a suas próprias trajetórias.

Considerações finais

Desde antes dos anos 70, as travestis e trans em Londrina têm desafiado as normas heterocisnormativas e enfrentado a violência. Elas têm convivido em territórios de prostituição, em que também são mortas, criando territorialidades multifacetadas, complexas e contraditórias.

Ao analisar as territorialidades das mulheres trans e travestis, é essencial considerar as interseções de poder que influenciam suas vivências. As cidades, como espaços de concentração populacional e de intensas dinâmicas sociais, representam um campo fértil para essa análise que pode e deve ser extrapolada para outras realidades, a fim de demonstrar perspectivas para lidar com a violência e a dificuldade de acesso a direitos na urbe. Compreender as dinâmicas de poder e resistência nesses territórios pode contribuir para a formulação de políticas públicas e práticas urbanas mais inclusivas e equitativas, que reconheçam e valorizem a diversidade e as especificidades das experiências das mulheres trans e travestis.

A leitura de territorialidade trans e travestis em Londrina também revela não só um protagonismo na luta por direitos como também uma reivindicação em contar sua própria história. O grupo ElityTrans, ao escolher o título “Meu Amor, Londrina é trans e travesti” para seu documentário, faz uma declaração poderosa sobre a identidade da cidade. Este título reflete a visão de que Londrina é não apenas habitada, mas reivindicada pelas vidas e experiências das travestis e mulheres trans. Ao parafrasear esse título, afirma-se que toda cidade é e deve ser trans e travesti, mas que acima de tudo, sejam seguras e livres de preconceito e violência contra essa população.

Referências

- ALVES DE OLIVEIRA, F. N. . Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: a formação da identidade travesti no Brasil. *DARANDINA REVISTELETRÔNICA*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1–20, 2019. DOI: 10.34019/1983-8379.2017.v10.28254. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28254>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- ARAUJO JR., J. C. *A Metamorfose Encarnada: Travestimento em Londrina (1970-1980)*. Fev. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- BORTOLOZZI, R. M. arte transformista brasileira: Rotas para uma genealogia decolonial. *Quaderns de Psicologia*, Barcelona, v. 17, n. 3, p. 123-134, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/psicologia.1274>
- CARVALHO, C. O.; MACEDO JR., G. S. “Isto é um lugar de respeito!”: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 09, n. 01, p. 103 - 116, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.26356>
- CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO, S. et al. Atlas da violência 2021. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 2021.
- EFREN F., R. Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. *Cadernos pagu*, Campinas, n. 46, p. 311 - 340, jan.-abr., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460311>

FERREIRA, A. V.; PEREIRA, C. M. R. B. A Cidade como objeto de conhecimento para a educação geográfica. *Revista Ensino de Geografia*, Recife, v. 03, n. 02, p. 200-220, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51359/2594-9616.2020.245976>

FERREIRA, L. S. *AS CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS PELAS POPULAÇÕES LGBTIAP+ NO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA*. Mar. 2024. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa Associado de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina. DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.10112.65280>

GASTALDI, A. B. F. (org.); BENEVIDES, B. (org.); COUTINHO, G. (org.). Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>.

GUIMARÃES, A. T.; LANDO, G. A. Território e sociabilidade LGBTQIA+ em Recife durante a pandemia da Covid-19. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá n.238, p. 157-168, jan. - fev., 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/65371>

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 05, p. 1709 - 1722, 2020.

MOREIRA, R. “Meu Amor, Londrina é trans e travesti”: o midiatravismo como desdobramento da comunicação popular e comunitária, na reparação histórica de protagonistas “T” do norte pioneiro do Paraná. In: 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. *Anais eletrônicos* [...]. Salvador: UFBA, 2020. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/index.htm>. Acesso em: 12 jun., 2024.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M. Território Descontínuo Paradoxal, Movimento LGBT, Prostituição e Cafetinagem no Sul do Brasil. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113–128, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81087. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/81087..> Acesso em: 5 jun. 2024.

QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+*: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SILVA, J. M. A CIDADE DOS CORPOS TRANSGRESSORES DA HETERONORMATIVIDADE. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1 n. 18, p. 3- 19, 2008. DOI: 10.12957/geouerj.2008.1343. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/1343>

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Por uma Leitura Geográfica dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ no Brasil. *Revista NERA, Presidente Prudente*, v. 24, n. 61, p. 87 - 111, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i61.9097>